seriíssimo de terra, é um momento de não medirmos esforços e fazer a política de ter uma condição de terra para não perder a oportunidade dos recursos do Governo Federal, acho que nós temos que fazer uma discussão muito séria, política, na responsabilidade com a política habitacional dessa cidade. Sr. Edmundo - A carta de crédito da CDHU, dá 40, 45 mil reais aqui no Centro, ninguém que recebeu a carta de crédito que eu conheço, conheço 5 pessoas que já me procuraram dizendo: rapaz, não consigo comprar nada com essa carta de crédito, então talvez não só um Grupo como um debate que envolvesse a CDHU, o Estado e a Prefeitura, talvez promovêssemos um Seminário aqui no Estado de São Paulo com todos os órgãos, Caixa, Prefeitura e Movimentos, para debater o Programa, Seminário que produzisse algumas idéias sobre como os 3 principais órgãos do Governo pudessem trabalhar juntos na viabilização do projeto, existem muitas áreas privadas particulares que devem fortunas à Prefeitura, não tem função social, conforme o Estatuto da Cidade diz que a propriedade tem que ter uma função social, não tem nenhuma função social, nem a Prefeitura e nem o Poder Público cumprem o seu papel, nem a justiça de fazer aquela propriedade cumprir algum tipo de função social, se a propriedade não está sendo utilizada, e também disponibilizar o Programa a Minha Casa, Minha Vida, não pode até ver a moradia apenas como uma política social. A minha sugestão é se pudéssemos fazer não um Grupo, mas um próprio Seminário que envolvesse o Governo do Estado, a Prefeitura, envolvesse os empresários da construção civil, Sinduscon, SECOVI, as Assessorias Técnicas que fazem esses projetos para os Movimentos, inclusive órgãos do Governo como a Secretaria de Finanças tanto do Estado como da Prefeitura, para poder fazer um debate e um Seminário que apontasse qual seria a soma de São Paulo cumprir a sua parte, eu estava pensando em apresentar uma recomendação pelo Conselho, mas acho que o Seminário poderia ser mais interessante do que o Conselho aprovar uma recomendação. Sra. Marly - Quero reforçar uma coisa, o maior entrave para construção de unidades habitacionais é o terreno, nem o Governo Federal se preocupou com isso e nem os Governos Municipais e Estaduais estão fazendo uma política no sentido de ter um banco de terras, o Poder Público tem instrumentos do Estatuto da Cidade que podem combater esse tipo de coisa, não vejo ninguém fazer nada, não tem Lei Específica para usar os instrumentos de combate à especulação imobiliária, nem definindo as áreas que dá ao Poder Público a prioridade na compra, tem que fazer Leis Específicas regulamentando, montar um banco de terras, tem que ter uma política de curto, médio e longo prazo. Tem que aplicar os instrumentos do Estatuto da Cidade, tem que entrar em acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, que está fazendo a revisão do plano, e tem que pressionar os Vereadores a fazer as Leis Específicas, tem que ter política de aquisição de terreno, envolver o Governo como um todo para fazer as Leis Específicas, aplicar os instrumentos do Estatuto, é necessário uma política de aquisição de terras, não sei se um Grupo resolve isso, eu institucionaria isso dentro da SEHAB e o Governo do Estado juntar esforço no sentido de viabilizar. Sr. Sidney - por falar em Minha Casa, Minha Vida, nós estivemos em Brasília, participamos, lógico, momentos que nos afligiram muito por conta do programa que já foi colocado aqui, 1 milhão de moradias, nós moramos num país continental, que cada Estado tem a sua logística, estamos hiper preocupados com a questão do banco de terra, seja ele privado, Federal, Estadual, Municipal, precisa ter uma política integrada. Teve uma divergência muito grande lá em Brasília em questão dos pequenos Municípios, temos que começar a fazer levantamento de bancos de terras, então isso já seria um argumento e aí vamos buscar na CDHU cadê as áreas, os prédios, os terrenos de INSS, os terrenos da Rede Ferroviária Federal, os terrenos da Secretaria do Patrimônio, montar Comissões realmente para estar elencando esses dados, eu acho que nós aqui no Município também poderíamos além do Seminário, não descartar esse Grupo de Trabalho que estivessem envolvido os Movimentos, os Arquitetos, para que pudéssemos juntar mesmo com o Seminário de partida e elaborar esse Seminário, acho que de partida é tirar um GT de Trabalho, enquanto Conselheiro para contribuição que nós pudéssemos começar a desenhar essas colocações para que pudéssemos montar um GT, fazer levantamento, já no Seminário apresentar o que tem do Município, o que tem do Governo Federal, do Estadual e o que dá para fazer numa parceria com os 3 níveis de Governo para que possamos realmente não perder esse momento, é uma forma também de enfrentarmos a crise em São Paulo. Sra. Evaniza - Reforçar a aprovação, priorizar a HIS, acho que vai ser de fato uma coisa importante que precisamos sim recuperar o banco de terras, tem na Prefeitura e na COHAB, nós temos alguns terrenos muito interessantes que podem dar um start no processo, acho importante que esse Conselho discuta especialmente como o Edmundo falou, na parceria com as Associações, acho que as terras da COHAB e do Município irão priorizar essa demanda que essa sim vai ser 0 a 3 salários mínimos, tenho muita dúvida em cidades como São Paulo se é a produção privada vai chegar no 0 a 3, no 3 a 6 e acima de 6 eu acho que tem toda condição de chegar e vão estar, entre aspas, "desovando" aquilo que está no mercado, o mercado já não tinha condição de assumir, então vai passar para os programas governamentais, era importante trabalharmos sobre esse mapeamento existente, vamos olhar as ZEIS 2 e 3, o que já foi ocupado, o que não foi ocupado ainda, o que ainda tem potencial para, é importante essa parceria acontecer, o Governo do Estado também participar disso talvez até complementando, se o investimento for feito na área consolidada da cidade, seja no Centro, seja num anel próximo à área central, que ele tivesse um valor adicional para incentivar essa ocupação, acho que isso para o Governo do Estado poderia ser muito interessante, vale a pena levarmos junto essa proposta. Sr. José Rubens - Primeiro informar que a COHAB e a Prefeitura de São Paulo, junto com o Governo do Estado, estamos preparados para iniciar essa parceria com o Governo Federal, os próprios gestores federais sabem da dificuldade de terrenos, e eles mesmos não assumem um compromisso com tempo de implementação do Programa, vocês sabem que é difícil, mas na parte técnica de cadastro e a parte operacional da COHAB nós estamos prontos para implementar o Programa, foi criado nessa gestão um novo departamento na COHAB, um Departamento de Planejamento, nós criamos um banco de terrenos, então é importante divulgar, tornar público e dizer que esse banco de terrenos trabalha tanto com áreas públicas quanto com áreas particulares, então quem puder, os Movimentos, as lideranças, se puder formalizar esses encaminhamentos, é importante para que se vá colocando na nossa relação de análise, já 50 áreas estão nesse setor de Planejamento fazendo isso tudo, tanto estudo de massa quanto de viabilidade econômica financeira, de financiamento e coisa e tal, de 2009 a 2012, estamos fazendo mais ou menos 8 mil unidades, é o inicio de trabalho, vale destaque também para nossa relação com a CEF, está nas minhas mãos aqui a lista dos terrenos que foram adquiridos nessa prestação de conta, depois está à disposição para análise. O Município de São Paulo, por meio da COHAB dispõem de um banco de dados, um sistema de cadastro. Sr. Mário - Nós que ficamos lá na periferia, principalmente na Capela do Socorro, estamos entre duas represas, a Guarapiranga e a Billings, então a pressão da parte ambiental é muito grande e hoje os loteamentos não aumentaram de tamanho, mas aumentaram em quantidade de famílias. Cria-se um drama social também, porque é muita gente morando em pouco espaço, a questão da violência, dos conflitos familiares são grandes, esse desafio que o Conselho está para debater, a questão dessas 200.000 unidades que estão para vir aqui para São Paulo, quanto mais conseguirmos dar resposta mais certa e concreta para esse pessoal, é menor o risco para nós, então deixo como alerta isso para os Conselheiros para estar fortalecendo esse novo desafio. Sr. Edmundo - A idéia do Seminário não seria uma coisa para muita demora, ou a gente faz ou não faz, onde tem áreas que o proprietário deve mais de 50% de IPTU, eu não sei porque não se aplica a desapropriação pelo interesse social, temos que ter um banco de terras, tem que ter um cadastramento do déficit, é difícil cadastrar, mas tem que ter, que seja feito pelo Poder Público, que seja feito em parceria com os Movimentos. Sra. Elisabete - O Movimento, por exemplo, tem um terreno, e ele quer incluir no Minha Casa Minha Vida, é puramente informal, ele vai lá e cadastra os seus candidatos ao Programa, respeitadas as normas que serão estabelecidas, , acho que é um compromisso da Cidade de São Paulo a gente sair na frente nesse combate a crise que os números já estão tornando visíveis, eu tenho certeza que a CDHU já desistiu da Carta de Crédito, se já começarmos esse exercício, mesmo que a gente procure a Caixa, CDHU, para fazer um debate sobre o assunto, eu acho que seria interessante, o programa está aí, o dinheiro já está à disposição daqui a pouco. A desapropriação é demorada e tem muita corrupção no meio disso, advogados inescrupulosos que pegam perícias super faturadas, e as Prefeituras nunca vão pagar porque sabem que aquele preço é um absurdo, se você usa a utilização compulsória, IPTU progressivo, você está pressionando o cara que está segurando a terra, está retendo a terra para especulação a por no mercado, e se ele não colocar em última instância você desapropria com títulos da divida pública, quem é que quer títulos da divida pública? Ninguém, as pessoas querem dinheiro, então quando você aplica os instrumentos, você facilita a obtenção de terrenos, pressiona o especulador a liberar o terreno, a desapropriação existe há anos, e nunca resolveu o problema de aquisição de terras, parabenizo a COHAB de criar esse grupo que está fazendo banco de terras. Sra. Izilda - Temos que para ontem tirar essa Comissão, esse Grupo de Trabalho, em parceria, já começar a trabalhar isso. Sr. Sidney - Justamente a minha preocupação é de 0 a 3 salários mínimos, até mesmo dentro do cadastro, acho que nós temos que começar a pensar um pouco nessa camada, lógico que vamos trabalhar com as 3 camadas, por conta mesmo que sabemos que a construtora não vai querer perder recursos. Sra. Elisabete - O cadastro da COHAB já permite, vocês sabem disso, eu acho que essas propostas do Plano Diretor de criar emprego nas diagonais, as operações urbanas, são importantes para o conjunto da cidade, temos que ter uma certa capacidade de ter esse equilíbrio que a cidade pede. Sr. José Rubens - Só um esclarecimento, essa questão do cadastro, o cadastro não é da COHAB, o cadastro é do munícipe, da Cidade de São Paulo, deixar claro que hoje o objetivo da COHAB é atingir a solução habitacional, em parceria com os Movimentos, então está aberto a fazer esse cadastro junto. Sra. Patrícia - Uma duvida até nossa também, se esse cadastro era feito só até quem tem a faixa de 3 salários mínimos, de 3 acima vai direto na Caixa ou é o cadastro único? Sra. Elisabete - o Elton já deu algumas entrevistas que o cadastro que vamos oferecer ao Ministério da Cidade, é esse mesmo. Sra. Izilda - Essa população de 0 a 3 salários mínimos, eles não têm acesso à informática, o acesso deles é ir lá na Subprefeitura, se ninguém faz, essa demanda não está no cadastro, acho que temos que organizar essa coisa da senha da Entidade e a Entidade fazer o cadastro dos seus associados, para diferenciar da fila única da COHAB, acho que era legal isso, essa orientação na Subprefeitura de fazer. Sra. Violêta - O cadastro único pode ser feito em qualquer ponto e principalmente pela porta de entrada da Prefeitura nas regiões que são as Subprefeituras, isso é fundamental, inclusive as nossas eleições elas são bem sucedidas porque fazemos nas regiões, usa a porta institucional da Prefeitura que são as 31 Subprefeituras, temos que estar preparados nas Subprefeituras para esse ato de cadastramento, e eu queria lembrar que saiu o Plano de Metas do quadriênio, já está divulgado, vai ter a 1ª Audiência Pública amanhã, uma coisa importante que falando de cadastros aqui, acho que é um momento muito importante de se integrarem essas bases de dados com o HABISP, eu faço aqui um pleito, eu mesma como Conselheira, como colega aqui, esses dados são importantes que façamos tudo isso integrado na mesma base de dados. Sra. Elisabete - Vamos ou não fazer o Grupo? Se sim, a Violêta vai coordenar as inscrições aqui e marcar as primeiras reuniões, outro ponto importante é que a Violêta nos relate como está esse momento desse ano que é o mais importante, o das eleições. Sr. José Rubens - Esse banco de dados da COHAB não foi feito por uma ação de marketing em cima dele, nem anúncio no portal da Prefeitura, está lá escondidinho no site da COHAB, 80% desse cadastro, dos 460 e tantos mil, estão nessa faixa crítica de até 3 salários mínimos, então eu acho que a Prefeitura tem como ativar não só a rede de Subprefeitos, eu tive uma conversa informal com o Secretário Montoro, a idéia também é disponibilizar a rede dos Telecentros, como um ponto de cadastramento. Sra. Solange - em Cidade Tiradentes, é o contrário, a demanda aqui do Centro está indo para a Cidade Tiradentes, eu disse que hoje ia falar aqui no Conselho e pedir essa reunião para Elisabete França para discutirmos sobre a Cidade Tiradentes, está paralisado no tempo, principalmente em relação à habitação. Sra. Elisabete - É compromisso da SEHAB/COHAB, falar com o Dr. Andréa Matarazzo para uma reunião onde ele convoca os Subprefeitos e os Coordenadores de Habitação, para explicarmos como é que se faz um cadastro, 2º essa idéia do Rubens é ótima porque o Telecentro é o melhor lugar do mundo para se fazer qualquer coisa. Quanto ao Seminário, Edmundo eu vou dizer que eu tenho as minhas dúvidas se assumimos isso, eu gostaria antes de falar com o Rogério da Caixa e o Dr. Lair, eu sei que o Dr. Lair está promovendo uma reunião brevemente eu não sei se vocês estão a par, que é dia 15 ou 16 de abril, que é um Fórum sobre Habitação, tenho uma preocupação que é esse ano nós temos eleições, vocês sabem que as nossas eleições são universais, acho as tarefas grandes demais para a Violêta e a "grande" equipe que ela tem, então mais um Seminário, eu preferiria levar essa proposta da Comissão Executiva para o Secretário Elton para ele falar com a Caixa e com a Secretaria de Habitação do Estado, porque senão fica muita responsabilidade para organizarmos esse ano, já que temos as eleições, temos um Seminário que ainda estamos devendo, que é o de Locação Social, ele não foi realizado temos como uma possível solução ou pelo menos um espaço de trabalho, o GT de Acompanhamento do Plano Municipal de Habitação. Tem coisas que o Movimento tem mais facilidade para reivindicar, agora o Plano ele já está organizado, isso é uma proposta, pelo menos deveríamos fazer, não precisa ser um grupo, pode ser um laboratório, como temos, faz os cursos nas escolas, fariamos isso, é responsabilidade do Poder Público obviamente, mas eu acho que poderíamos convidar os Movimentos para participar e poderíamos também deixar sobre a responsabilidade da nossa operadora a COHAB. Sr. José Rubens - Eu queria fazer uma proposta aqui para a Sra. Solange, que encaminhasse para HABI ou para COHAB, enfim, essas demandas da Cidade Tiradentes, um pouco mais específico qual o problema, qual a demanda, para podermos avançar, fazer uma defesa, mas encaminhar por Ofício. Sra. Violêta - Eu fiz a 1ª reunião com a PRODAM para ver os prós e os contras de uma votação na web, e fiquei um pouco desiludida, temos que montar uma Comissão Eleitoral e não vejo outra alternativa já que os espaços de reuniões são de mês em mês, vou convocar pela Secretaria Executiva a formação através dos segmentos, a indicação dos 3 nomes para formarmos a comissão eleitoral, vamos ter que aumentar o número de votos e de envolvimento da população de São Paulo já que esta é uma votação universal. Sr. Edmundo - Estamos querendo fazer um processo de eleição do segmento dos Movimentos Sociais diferente, essa Lei é esquisita, só um segmento é eleito na prática, o resto são indicações, é uma forma para eleger o mesmo Conselho, injusta, uns têm que se submeter a um período de campanha, regimento a voto, fazer todo um trabalho e outro não, o outro é quase uma vaga pré-garantida, eu acho que nós temos que habilitar as Entidades, elas são votadas, não as pessoas, estamos estudando esse processo de que a votação não seja em pessoas, queríamos ver se aplicamos um critério sem alterar o principio da lei, proporcional e mais simples de votação. O Conselho é um espaço plural, tem que estar todas correntes e opiniões de todos Movimentos de Moradia, independente de sua cor ideológica, esse é o nosso esforço aqui. Sra. Elisabete - Então a Violêta já disse que essa semana ela vai mandar a correspondência, vocês mandem rapidamente seus representantes, eu acho que é importante essas informações, de sempre estar aprimorando, sempre lembrando que temos que obedecer à Legislação, se concordamos da nossa pauta fica o dever da COHAB de fazer os dois balancetes financeiros, balancete financeiro ilustrado, o Zé Rubens e a Violêta vão estar recebendo as inscrições para participar dessa discussão onde incluímos a elaboração de um dos Seminários, vamos falar com a Caixa, vou falar já com o Elton e com a CDHU. Sra. Violêta - Sobre a discussão da Resolução 32 e 37, a 32 surgiu uma demanda dos Conselheiros, foi entregue pelo Grupo dos Movimentos Populares uma proposta de reforma da Resolução 32, e também tínhamos em paralelo como operar a Resolução 37 que seria a elaboração de uma instrução normativa para essa operação, Ana Maria Moussalli também participou ativamente na proposta dessa instrução normativa e Bete França, com orientação do próprio Secretário, esteve conversando com os Movimentos durante toda uma semana para dizer que todo esse desentendimento na operação que ocorreu, ainda não se chegou a um produto final, acho que é importante deixarmos uma agenda firme com as tarefas de cada um de forma que inclusive nossa Assessora Jurídica, Dra. Vera, a pedido do Secretário Elton, é o crivo final para chegar a essa solução que vai ser publicada, então nós temos que ter essa agenda mais clara, eu peço aqui só como colega aqui do Grupo de Apoio Técnico, que se estabeleça um cronograma com os atores e as responsabilidades. Sr. José Rubens - Só para deixar claro que a nossa equipe da DICSO lá na COHAB junto com o nosso Jurídico, em parceria com as meninas aqui de HABI, estão fazendo um esforço nesses dias desde a última reunião, para adequar a questão legal, nossa proposta é chamar todos os Movimentos e o pessoal que representa os Mutirões, e fazer uma explanação técnica com relação aos limites, como se opera a questão dos subsídios, essa questão da isonomia que foi bem observada e a proposta nossa supera isso, contempla isso, e também uma apresentação formal da proposta da Minuta para juntos fazer a discussão para fechar essa Resolução. No limite da Lei vamos fazer o que for mais benéfico ao morador no sentido de operar essa comercialização entre o menor preço, o menos burocrático possível, então isso vocês podem ficar com muita tranqüilidade, que queremos fazer esse processo todo junto com os Movimentos, finalizada essa Minuta da instrução, chamamos uma reunião ou pelo Conselho ou independente se é pelo Conselho ou não, uma reunião ampliada com todos os Movimentos interessados para se fechar os detalhes. Sr. Edmundo - A Resolução 37 foi fruto de muito debate aqui, ela no seu conjunto é a diretriz principal para uma instrução normativa, me falaram que tem um termo de ajuste de conduta do Ministério Público em relação aos contratos. Sra. Vera - Eu não tenho conhecimento. Sr. Edmundo - É preciso saber se existe algum termo de ajuste de conduta do Ministério Público que trata disso, que tendo esse termo o próprio Conselho, o próprio Grupo de Trabalho tem que fazer uma instrução normativa com base nesse termo do próprio Ministério Público, construir novas unidades, constituir uma política de compra inclusive de terrenos para cidade, e também garantir que os imóveis que foram comercializados e com contrato tenham a garantia da sua regularização, que o Jurídico, se vai usar esse termo de permissão de uso ou se tem algum outro termo, outro modelo jurídico que dê mais garantia à pessoa a fazer os contratos, comercializar e estabelecer isso, se aquela área foi doada para a Prefeitura, os valores tem que ser menores, na instrução normativa deve ter alguma coisa que defina, que deixe isso claro. Sra. Izilda - A interpretação que estava sendo feita, da Resolução 37 estava equivocada, não era na forma, na prática que estava se lidando com a questão da comercialização não condizia com o que nós aprovamos, nem a 32 na observação nos garante, a segurança da propriedade, com a alienação fiduciária, uma série de coisas que tem que ser alterada para que, sem sombra de dúvidas, todo o recurso justo desses empreendimentos, voltem para o Fundo, com uma simples alteração na 32, você soluciona as diferenças quando você diz que ele pode optar em fazer outro financiamento, ou pela Resolução 37 ou pela 32, a nossa reivindicação dessa alteração é fazer justiça com tanto descaso que houve do Poder Público aos Programas de Mutirão ao longo desses 20 anos. Tem os advogados da SEHAB, da COHAB, tem os técnicos e tem os advogados do Movimento que poderíamos estar organizando essa Comissão, técnica de uma Resolução, marcar essa reunião o mais rápido possível, eu proponho que se mantenha aquela Comissão mas no caráter técnico, deliberativo para avançarmos na aprovação disso. Sra. Ana Maria - Queria informar, parece que a versão que você chegou a ver da instrução normativa Izilda, ela já sofreu um avanço, a 37 ficaria totalmente caracterizada que ela se refere para os Mutirões, nós não vamos misturar isso para empreendimento com construtora. Se caminharmos com coisas que você colocou na 32, incorporando nessa normativa, eu acho que fica perfeito. Sr. Edmundo - Se pudermos resolver na Resolução sem mexer na 32, é muito melhor. Sra. Violêta - Isso que a Ana está colocando é uma oferta que vai ser feita para o grupo, não tem nenhuma decisão fechada. Sra. Fabiane - Esse grupo de empreendimentos que está incluído na Resolução 37, se entendermos que ele tem que seguir uma determinada linha de comercialização, temos que olhar mais para a Resolução 10, a Resolução 32, ela sim poderíamos fazer uma instrução normativa para poder ter uma melhor leitura dela, que ela é um pouco confusa realmente. Quanto à Resolução 37, eu estou discutindo com o Jurídico da COHAB as formas de adaptação dela, dentro de toda a Legislação em vigor do FMH. Sra. Violêta - Já vai fazer parte dessa discussão e das novas ofertas aos Movimentos que já estavam participando, eles vão estar conosco, eu vou sugerir que a Secretaria Executiva vai convocar os colegas, os Movimentos, a COHAB com suas novas ofertas de conteúdos mais o conteúdo aprimorado que a Dra. Vera e a Ana evoluíram também, e vamos pôr na mesa isso. Já é o escopo da nossa próxima reunião de trabalho, vamos convocá-los em uma data mais urgente para que ninguém perca esse impeto de resolver a questão, eu gostaria de encaminhar que a nossa discussão já fosse para o grupo e, acho que tem que ser com a presença dos Movimentos que já vinham fazendo essa representação. Então não tem que ter surpresas, vai ser distribuído o que chegou, juntamos esses conteúdos que são distribuídos e fazemos a nossa reunião com o prévio conhecimento, aquela idéia da Fabiane de trazer a 10 para a pauta. Sra. Izilda - Temos 4 Entidades que poderiam estar mandando um representante de cada um para compor essa coisa e mais 2 advogados do Movimento e mais 2 advogados da COHAB e da SEHAB, enfim, para organizar isso. Sr. Edmundo - Acho que tem estar na pauta do próximo Conselho que não pode perder mais tempo, já está atrasada essa comercialização na minha opinião, já estamos perdendo um tempo em receber recursos. Sra. Violêta - A Secretaria Executiva é bom que se entenda, não produz a matéria, ela aprova a produção da matéria, eu sugeriria que a DICSO fizesse essa convocação, vocês marcam a reunião, respeitam o prazo regimental para envio, sugiro que a Fabiane leve aqui essa proposta, se todo mundo concorda que o chamamento seja feito por vocês, a distribuição dos materiais seja também coletada, compilada, vocês vão organizar a chamada dos Movimentos, a Secretaria Executiva, por meio do grupo de apoio técnico GAT, solicita para facilitar esse entendimento, Grupo de Revisão das Resoluções 32, 37, fica batizado, mas acho que se partir da Diretoria da Cohab fica mais fácil e damos um apoio logístico eventual das listas, das chamadas, mas vamos tornar isso uma tarefa respeitando os prazos, principalmente os regimentais, tem que ser enxuto, objetivo e uma discute o que surgiu de novo, a outra batiza, termina, sacramenta e está pronto para encartar para a próxima reunião que é agora em maio, sugiro que não se façam mais do que 2 reuniões, uma delas praticamente após a Semana Santa com a distribuição das contribuições que surgiram nesses dias. Sra. Fabiane - Vou até então propor para o pessoal que faz parte, os dias, na 1ª semana após o feriado e chamar as pessoas que provocaram a discussão dessa Resolução 37 para participar. Sra. Violêta - Colocamo-nos aqui à disposição com colegas para irmos trabalhando online de forma que essas sugestões sejam de consenso, que elas não precisam mais passar para ninguém, sai daqui, oferece para a Plenária com 10 dias regimentais, a 1ª está marcada para dia 15/04 às 14Hs aqui, GT de Revisão das Resoluções 32 e 37, até 20 pessoas, consignar em Ata que um advogado para nós, um advogado para a COHAB, a Dra. Vera é a nossa Assessora Jurídica do GAT, do Grupo de Apoio Técnico à Secretaria Executiva, além disso, ela tem uma missão delegada pelo Secretario Elton, ela vai fazer o crivo final, depois eu sugiro que o Grupo dos Movimentos traga um advogado. Gostaria de deixar consignada a ausência do nosso companheiro Marco Antonio Florenzano, está hospitalizado, nossos votos de pronto restabelecimento para ele, ele é representante da APEMEC - Associação da Pequenas e Médias Empresas da Construção Civil,. Estou vendo Mariângela aqui, representante do SASP, estou lembrando que se no Sindicato dos Arquitetos, o Seu Tomita, vocês têm algumas experiência de eleições certificadas online, por favor, contribuam. Sr. Edmundo - Uma sugestão na próxima gestão é que vocês façam um crachá de Conselheiro para termos acesso à COHAB, a SEHAB sem muito protocolo, acho que o protocolo é exagerado, 2º, todo Conselho tem que ser uma estrutura própria, o nosso é vinculado demais, depende demais da Secretaria Executiva, mesmo a Secretaria Executiva tem que ter uma estrutura de Conselho, vai ter que ter uma sala, com computador, com funcionário que possamos vir consultar a Resolução, isso é o exercício efetivo do controle social, o Fundo não pode financiar o funcionamento do Conselho? Sra. Violêta - agradece a presença de todos e encerra a reunião.

HOSPITAL DO SERVIDOR

Hospital do Servidor Público Municipal
Balancete Financeiro de maio de 2009
Exercício Financeiro de 2009

Anexo 13 - Lei 4.320/64
em R$

Receita			Despesa		
ORÇAMENTÁRIA			ORÇAMENTÁRIA		
RECEITAS CORRENTES		1.666.820,35	DESPESA POR FUNÇÕES		131.476.839,34
Receita Patrimonial	3.227,17		Saude	131.476.839,34	
Receita De Serviços	359.469,03				
Outras Receitas Correntes	1.304.124,15				
Total Da Receita Orçamentária		1.666.820,35	Total Da Despesa Orçamentária		131.476.839,34
TRANSFERÊNCIAS ATIVAS			TRANSFERÊNCIAS PASSIVAS		
REPASSES RECEBIDOS	58.000.000,00		REPASSES CONCEDIDOS		
Total das Transferências Ativas		58.000.000,00	Total das Transferências Passivas		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA			EXTRA-ORÇAMENTÁRIA		
EMPENHOS A PAGAR	88.260.790,01		RESTOS A PAGAR	10.184.347,58	
DEPOSITOS DIVERSOS	56.717,90		DEPOSITOS DIVERSOS	56.717,90	
CREDORES DIVERSOS, PARTICULARES	2.261.369,88		CREDORES DIVERSOS, PARTICULARES	1.981.036,22	
CREDORES DIVERSOS, PUBLICOS	4.648.140,84		CREDORES DIVERSOS, PUBLICOS	4.804.538,67	
Total da Receita Extra-Orçamentária		95.227.018,63	Total da Despesa Extra-Orçamentária		17.026.640,37
SALDO DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO ANTERIOR			SALDO DISPONÍVEL PARA O MES SEGUINTE		
CAIXA			CAIXA	20,00	
BANCOS	24.319.842,04		BANCOS	30.710.181,31	
CONTAS ESPECIAIS			CONTAS ESPECIAIS		
APLICACOES FINANCEIRAS			APLICACOES FINANCEIRAS		
Total Saldos do Período Anterior		24.319.842,04	Total Saldos para Exercício Seguinte		30.710.201,31
Total		179.213.681,02	Total		179.213.681,02

Janete Lunardi
Coord. do Serv. Tec. de Contabilidade

Ademir Rodrigues de Souza
Gerente Técnico Contábil Financeiro

Dra. Elizabete Michelete
Superintendente

imprensaoficial
Autoridade Certificadora Oficial do Estado de São Paulo
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
documento assinado digitalmente

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SP
C=BR, O=ICP-Brasil, OU=ID - 382860, OU=Autenticado por Certisign Certificadora Digital, OU=Assinatura Tipo A1, OU=(em branco), OU=(em branco), CN=IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SP, E=certificacao@imprensaoficial.com.br
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br